

RELATÓRIO FINAL PIVIC/2010-2011¹

Cristianismo e Liberdade: a religião no estado democrático tocquevilliano.

Profa. Dr. Helena Esser dos Reis² (helenaeesser@uol.com.br)

Lucas Fabiano Oliveira Costa³ (lucashp_8@hotmail.com)

Faculdade de Filosofia - Universidade Federal de Goiás

PALAVRAS-CHAVE: Tocqueville, democracia, religião, liberdade, moralidade.

1. INTRODUÇÃO

É mesmo necessária, como se vê em *A Democracia na América*, a religião para o bem estar social? Até que ponto Alexis de Tocqueville estava certo a ponto de nos dizer que a liberdade dos homens dos tempos democráticos dependem fundamentalmente de suas crenças religiosas? Se é verdade que *A Democracia na América* é tido como um dos livros que mudaram o mundo, ainda mais certo é o fato de que Tocqueville estava certo sobre o caráter essencial da religião para o estado democrático americano. O jovem aristocrata francês, acometido de uma inquietação religiosa profunda, vinda de um descontentamento com a religião na França em sua época, nos mostra em sua obra prima o quão importante o aspecto religioso do Estados Unidos no século XIX fora. Pois,

“a fé religiosa dirige os corações dos homens em direção a seus semelhantes e leva os cidadãos de uma grande sociedade democrática à realização de ações que os fazem sair de dentro de si mesmos e relacionarem-se com seus semelhantes, fortalecendo a liberdade entre eles” (REIS, 2001, p. 171).

Servindo á democracia de forma excelente, Tocqueville ousa em dizer que a religião deve ser considerada a primeira das instituições políticas americanas. Encantado com o funcionamento da democracia americana, e principalmente com o modo religioso dos americanos, o jovem aristocrata francês não poupa os elogios à esse país. Mas Tocqueville

¹ Revisado pela orientadora.

² Orientadora desta pesquisa de Iniciação Científica.

³ Orientando desta pesquisa de Iniciação Científica.

não fora tão ingenuo a ponto de considerar a democracia americana como um modelo perfeito de ordem política. O jovem aristocrata francês foi hábil em descrever os riscos aos quais a estrutura política americana estava sujeita⁴, a saber, o individualismo e o exacerbado apego aos bens materiais. Ele é enfático no que diz respeito à esses problemas da democracia americana, pois, tais problemas poderiam ser responsáveis por furta-los à democracia o seu aspecto mais importante e essencial: a participação política. Afastando cada vez mais os cidadãos da coisa pública, o autor de *A Democracia na América* encontra na religião o grande alicerce para a solução destas dificuldades vindouras. E é este aspecto que parece prendê-lo a religião de uma maneira ainda mais forte, pois sob a perspectiva de uma análise biográfica, Alexis de Tocqueville não era um religioso convicto, mas pelo contrário, parecia considerar a religião como um aparato político por excelência.

2. OBJETIVOS

Os objetivos da presente pesquisa foram, fundamentalmente, três. Estes que são:

- a) Investigar até que ponto a religião é necessária para a democracia, e se esta depende mesmo da religião para estabelecer-se;
- b) Fazer uma comparação entre o papel da religião na democracia americana de Tocqueville e o seu papel na democracia francesa daquela época;
- c) Analisar a moralidade instaurada pela religião na obra tocquevilliana, de forma que esta possibilite clarear o conceito de justiça, que é tão pouco claro na obra.

A partir desses objetivos propostos, foi necessária análise das principais obras de Tocqueville: *A Democracia na América* e *O Antigo Regime e a Revolução*. Ambas as obras foram fundamentais para responder às questões acerca do caráter necessário do aspecto religioso na democracia americana do século XIX, e também sobre a religião francesa àquela época. Não menos fundamentais para o cumprimento dos objetivos da pesquisa, foram as obras de comentadores e especialistas, como o artigo de Doris S. Goldstein intitulado *The Religious Beliefs of Alexis de Tocqueville*, este que fora traduzido durante a pesquisa e encontra-se em processo de revisão para publicação; a tese de doutorado da Profa. Dra.

⁴ Os riscos aos quais os americanos estavam sujeitos são frutos do vir-a-ser imanente da igualdade de condições. O próprio Tocqueville nos mostra, ainda na introdução de *A Democracia na América*, o quão perigoso é o excessivo gosto pela igualdade de condições em detrimento do gosto pela liberdade. Segundo o jovem aristocrata francês, a igualdade de condições vem providencial e imponente, e os homens alimentam um desejo cego por ela. E aí reside o grande perigo. Pois, alimentados por esse sentimento de igualdade plena, se afastam da coisa pública, e se preparam, como nos diz Tocqueville, para a servidão.

Helena Ésser dos Reis, orientadora desta pesquisa, intitulada *A liberdade do cidadão: uma análise do pensamento ético-político de Alexis de Tocqueville*; além de outros textos auxiliares que se fizeram fundamentais para a pesquisa. O cumprimento do terceiro objetivo desta pesquisa, a saber, a relação da moral religiosa com o conceito de justiça na obra de Tocqueville, vincula-se diretamente àqueles desenvolvidos no projeto de pesquisa da Profa. Dra. Helena Ésser dos Reis, *Cidadania e Justiça: exigências ético-políticas do estado democrático tocquevilliano*, que como mencionei, é a orientadora desta pesquisa de Iniciação Científica.

3. METODOLOGIA

A metodologia do trabalho se constituiu em:

- a) Leitura sistemática, levantamento e fichamento de textos a fim de compreender melhor os problemas apresentados no projeto;
- b) Redação de artigos visando sistematizar e apresentar os resultados encontrados para professora orientadora;
- c) Ampliação e aprofundamento da pesquisa bibliográfica conforme a necessidade do projeto;
- d) Reelaboração dos artigos visando apresentá-los em forma de comunicações em congressos, encontros e jornadas científicas e dos relatórios de pesquisa (parcial e final);
- e) Participação nos seminários mensais de orientação com a professora orientadora e alunos de Iniciação Científica, Trabalho de Conclusão de Curso e Mestrado, a fim de discutir com o grupo o desenvolvimento da análise dos problemas propostos neste projeto de pesquisa;
- f) Participação nas atividades do Grupo de Estudos da Democracia (Grupo do CNPq) vinculado ao Núcleo Interdisciplinar de Estudos e Pesquisas em Direitos Humanos da UFG, que reúne professores e alunos de graduação e pós-graduação em torno da discussão de temas relacionados à cidadania, democracia e direitos humanos.

4. RESULTADOS

Esta pesquisa apresentou quatro principais resultados. Estes que são:

- a) Apresentação dos resultados encontrados em congressos e seminários, locais ou de outras regiões, estes que são: (1) *VII Seminário: Problemas do Estado Democrático Contemporâneo - Pensar os Direitos Humanos: desafios à educação nas sociedades democráticas*, que ocorreu entre os dias 25 e 28 de outubro de 2010, em Goiânia-GO, com a comunicação “*Pensar ou não pensar: uma leitura do artigo 19º da Declaração Universal dos Direitos Humanos a partir de Espinosa e Tocqueville*”; (2) *IV Encontro Nacional de Pesquisa em Filosofia da UFU*, que ocorreu no dia 20 de novembro de 2010 em Uberlândia-MG, com a comunicação “*O poder da fé: o que faz a religião ser tão poderosa na democracia americana de Tocqueville?*”; (3) *XIV Encontro Nacional de Pesquisa na Graduação em Filosofia da USP*, ocorrido entre os dias 25 e 30 de abril de 2011, em São Paulo-SP, com a comunicação “*Religião Civil ou Estado Eclesiástico: a religião à serviço da democracia americana de Tocqueville*”; e por fim, (4) *XVIII Semana de Filosofia da UFG - XIII Semana de Integração Graduação e Pós-Graduação: Natureza, Liberdade, Consciência*, entre os dias 16 e 20 de maio de 2011, em Goiânia-GO, com a comunicação “*O Tocqueville de Doris Goldstein: como as crenças religiosas de Tocqueville influenciaram a sua teoria política*”.
- b) Publicação de resumos das comunicações apresentadas nos Anais de todos os Congressos mencionados anteriormente nos quais houve a apresentação de comunicações;
- c) Está em fase de aprovação um artigo enviado à Revista Inquietude da UFG, referente à apresentação na XVIII Semana de Filosofia da UFG, a ser publicado em junho de 2012, com título “*O Tocqueville de Doris Goldstein: como as crenças religiosas de Tocqueville influenciaram a sua teoria política*”;
- d) Realizamos a tradução do artigo de Doris S. Goldstein de título *The Religious Beliefs of Alexis de Tocqueville*, esta que está em fase de revisão para futura publicação no segundo semestre de 2011 na Revista Inquietude da UFG.

5. DISCUSSÃO

A presente pesquisa tinha como objetivo principal investigar o papel fundamental que a religião desempenhava na democracia americana dos Estados Unidos do século XIX. Apesar dos resultados mencionados anteriormente, o aspecto mais importante fora a

tentativa de compreender a relação necessária entre a estrutura política democrática e o aspecto religioso do povo de democrático, além de compreender o papel fundamental que as crenças religiosas do próprio Alexis de Tocqueville desempenharam na sua abordagem política em *A Democracia na América*. O caminho percorrido parte de uma análise profunda da obra prima do jovem aristocrata francês, a fim de estabelecer o caráter de dependência da democracia para com a religião, atentando-se em mostrar mais especificamente como o aspecto religioso serve como “remédio” para os problemas da estrutura democrática. E, por fim, através do texto de Dóris Goldstein, analisamos a natureza das crenças religiosas de Tocqueville (este que julgo ser o passo mais importante desta pesquisa), a fim de mostrar a forte relação entre a vida de Tocqueville e a sua teoria política, levando-nos a uma compreensão do aspecto religioso francês em contraposição ao excelente aspecto religioso americano, e, principalmente, a uma concepção mais clara sobre a argumentação de Tocqueville mostrando o que pode ter fundamentado toda a sua abordagem do tema.

I. Os problemas democráticos e a religião como “remédio”

A liberdade e a igualdade de condições são os temas mais importantes de *A Democracia na América*. Sempre apaixonado pela liberdade, Tocqueville trata a igualdade de condições sempre com um senso crítico apurado, visto que o aristocrata francês traça um prospecto da igualdade, abordando seus benefícios, tanto quanto os infortúnios que pode trazer à democracia. Tocqueville não estava simplesmente preocupado em condenar a igualdade de condições e exaltar a liberdade, mas antes mostrar que o vir-a-ser desta igualdade traz consigo novos tipos de comportamento, novos sentimentos que podem dificultar a ordem e o convívio em sociedade, e até mesmo, restringir a liberdade dos homens.

O jovem aristocrata francês pôde perceber ali, na América, que seus homens demonstravam um pendor maior para a igualdade de condições que para a liberdade. Tocqueville mostra como os americanos eram apegados à igualdade de condições, e atribui tal apego ao fato de que a igualdade de condições é um ‘sentimento’ novo, ela (a igualdade de condições) “*forma o caráter distintivo da época em que vivem; basta isso para explicar que a preferem a todo o resto*” (TOCQUEVILLE, 1998, p. 384). Ao passo que,

“que a liberdade manifestou-se aos homens em diferentes ocasiões e sob diferentes formas; nunca se ligou exclusivamente a um estado social e podemos encontra-la também fora das democracias. Portanto, não poderia formar o caráter distintivo dos séculos democráticos.” (TOCQUEVILLE, 1998, p. 384)

E a partir dessa reflexão, Tocqueville percebeu que esse apego desmedido à igualdade de condições é a fonte principal de alguns problemas que poderiam prejudicar a democracia americana, e além de tudo, restringir a liberdade do cidadão. Segundo o jovem aristocrata francês, tais problemas são completamente novos, e são traços marcantes desses tempos democráticos nos quais os homens se sentem livres e iguais.

As principais dificuldades que Tocqueville constatara na democracia americana, ambas acarretadas pela igualdade de condições, são o excessivo apego ao bem estar material e o individualismo. Segundo o jovem aristocrata francês, tais problemas são frutos de um juízo errôneo que os americanos usualmente faziam, pois julgavam que a igualdade de condições podia lhes proporcionar pequenos e frequentes sentimentos de prazer, acabando, assim, por ofuscar o que se considera o aspecto fundamental da democracia: a participação política.

Segundo Tocqueville, o excessivo apego ao bem estar material nasce de uma característica peculiar – e completamente nova – da democracia: um descompasso entre a promessa de igualdade assegurada pelas leis do estado e a possibilidade de efetivamente alterar sua condição social. Sempre fazendo o contraponto entre a democracia americana, e as sociedades aristocráticas das quais fazia parte intimamente, Tocqueville mostra que enquanto o bem estar material era, para os nobres aristocratas, um meio de vida; para os servos e homens de castas baixas, isso era um ideal inatingível. Ao passo que nos tempos democráticos, graças ao vir-a-ser imponente da igualdade de condições, é criado nos homens esse sentimento de serem iguais diante das leis, e de poderem, a qualquer momento subir e descer nas classes sociais. Eis que surge então, um gosto exacerbado pelo bem estar material a fim de fazer valer a promessa de igualdade universal.

Não muito diferente do gosto excessivo pelo bem estar material está o individualismo. Segundo Tocqueville,

“o individualismo é um sentimento refletido e pacífico, que dispõe cada cidadão a isolar-se da massa de seus semelhantes e a retirar-se para um lado com sua família e seus amigos, de tal sorte que, após ter criado para si, dessa forma, uma pequena sociedade para seu uso, abandona de bom grado a própria grande sociedade” (TOCQUEVILLE, 1998, p. 386).

Tocqueville constata, então, que o individualismo se estabelece nas sociedades democráticas como um novo tipo de comportamento que surge nestas épocas. Segundo o jovem aristocrata francês, o individualismo é responsável por criar nos homens uma excessiva preocupação com o próprio bem estar, fazendo-o ignorar a necessidade fundamental do convívio em sociedade e de participar da coisa pública. Graças a esse problema, as relações se

fragmentariam e os homens se voltariam unicamente para o âmbito do privado, abdicando da sua participação política.

O mais perigoso efeito do gosto excessivo pelo bem estar material e do individualismo se dá na ordem política. A preocupação desenfreada consigo mesmo e com os bens materiais levaria os homens destes tempos de igualdade a esquecerem do vínculo essencial entre as necessidades do indivíduo e as necessidades de todos. Portanto, ao preocupar-se apenas com a satisfação de seus prazeres particulares, os homens acabariam por abandonar os seus direitos e deveres políticos, tratando-os com indiferença. O jovem aristocrata francês concebe, então, o individualismo como a mais danosa consequência da igualdade de condições, pois cria nos homens esse sentimento de apatia cívica e extingue de maneira progressiva a virtude cívica dos homens. Pouco a pouco apodera-se do indivíduo uma espécie de apatia, que o afasta do cumprimento de seus deveres cívicos, da reivindicação dos seus direitos, e da participação política. Surge, então, um novo tipo de despotismo: sempre preocupado com as fruições materiais, o indivíduo entrega a outro, seja um partido ou a maioria de um povo, a responsabilidade de tudo decidir em matéria de política. Mas onde Tocqueville encontra a solução para estes problemas?

A religião fora o que primeiro chamou a atenção do jovem aristocrata francês em sua passagem pelos Estados Unidos. Ali, Tocqueville pode compreender o papel fundamental que a religião exercia na estrutura política do país, considerando-a a primeira das instituições americanas. O fator, acerca da religião, que mais atraiu a atenção de Tocqueville foi o modo como religião e política estavam intimamente unidas, e como esse relacionamento parecia fluir de maneira perfeitamente harmônica. A partir dessa relação, o jovem aristocrata francês pôde elucidar como a religião desempenhava um papel fundamental na democracia americana, e, além disso, como podia ser ela uma das formas de evitar aquelas dificuldades advindas da igualdade de condições que tratávamos anteriormente.

Vimos que o apego excessivo ao bem estar material e o individualismo dão origem a um novo tipo de despotismo, na medida em que criam nos homens uma espécie de apatia cívica, preparando os homens dos tempos democráticos para a servidão.

A partir daí, tendo constatado que o incentivo à participação política e o frequente estímulo ao desenvolvimento das “virtudes” cívicas⁵ é uma maneira de combater as

⁵ É pela doutrina do interesse bem compreendido que é criado nos homens dos tempos democráticos um sentimento que se assemelha, utilitariamente, à virtude cívica propriamente dita. O próprio Tocqueville reconhece, nestes tempos de igualdade, a impossibilidade dos homens de desenvolverem legítimas virtudes cívicas, o máximo que conseguem é esse modelo funcional de virtude, vindo de “*uma doutrina pouco elevada, mas clara e segura*” (TOCQUEVILLE, 1998, p. 402); doutrina esta, que segundo o jovem aristocrata francês, é uma doutrina para os homens mesquinhos dos tempos democráticos.

consequências danosas advindas da igualdade de condições, Tocqueville mostra como a religião também pode servir como uma espécie de “*antídoto natural ao individualismo e ao excessivo apego ao bem estar material*” (COSTA JUNIOR, 2007, p. 90).

É preciso que se perceba porque a religião consegue aliar-se tão harmonicamente com a democracia, sem redundar nos trágicos eventos da Idade Média. É esta característica peculiar da instituição religiosa americana a responsável por atrair a atenção do jovem aristocrata francês ao desembarcar nos Estados Unidos, a capacidade de conciliar religião e liberdade ao mesmo tempo em que estão separadas a instituição religiosa e o exercício político.

Segundo o jovem aristocrata francês, os sacerdotes americanos foram os primeiros a conceber a importância de a religião não exercer uma participação política, pois eles sabiam que teriam de renunciar aos seus valores religiosos se quisessem algum poder político. E por isso a religião é tão poderosa na América, e é poderosa não por exercer o poder político que exercia durante a Idade Média, mas porque sua influência é mais durável e atinge a todos os homens. A religião fora colocada dentro de um círculo único, e dentro dele exerce o seu poder sem limites e sem barreiras; mas fora dele, não exerce poder nenhum, pelo menos não o poder que é devido aos cidadãos (poder político). E é esse caráter de independência política que a torna tão poderosa, e leva a sua influência a todos os homens americanos pelo poder que, como já mencionei, servem como antídoto para as dificuldades da democracia americana.

Levando em consideração que a liberdade só pode se estabelecer entre os homens graças aos costumes, é no reino dos costumes que a religião atua, pois, segundo Tocqueville, não podemos “*fundamentar os costumes sem possuir crenças*” (TOCQUEVILLE, 1998, p. 18). Sendo assim, o primeiro passo que a religião toma ao servir à democracia é oferecer aos homens “*uma solução clara, precisa, inteligível para a multidão, e bastante durável*” (TOCQUEVILLE, 1998, p. 333), ou seja, a religião dá aos homens respostas acessíveis acerca da sua natureza, criando um consenso e uma estabilidade que fundamentam os costumes.

Tocqueville pôde constatar na América, como os costumes exercem maior influência sobre a conservação da democracia americana que as próprias leis do país. Portanto, se a religião é a grande mestra-artesã dos costumes, é possível perceber o papel nitidamente importante que a instituição religiosa exerce sobre a sociedade americana. Pois,

“ao mesmo tempo em que a lei permite ao povo americano tudo fazer, a religião impede-o de tudo conceber e proíbe-lhe tudo ousar. A religião, que entre os americanos nunca se mistura diretamente no governo da sociedade,

deve pois ser considerada como a primeira das suas instituições políticas, pois, se não lhes dá o gosto à liberdade, facilita-lhes singularmente o seu uso” (TOCQUEVILLE, 1998, p. 225).

Exercendo este papel, a religião acaba por trazer à tona a liberdade em detrimento (ou no seio) da igualdade de condições, estabilizando os costumes no âmbito privado, tornando os homens livres no âmbito político. A religião oferece à democracia um contraponto para os sentimentos de individualismo e excessivo gosto pelo bem estar material, que, como vimos, originam-se no vir-a-ser da igualdade de condições. Sob esse aspecto, a religião é capaz de criar nos homens sentimentos que contrários aos gerados pelas dificuldades da democracia: cria vínculos de solidariedade entre os homens, levando-os ao compromisso com o todo; cria o sentimento de aversão à busca por bens materiais através do ideal de imortalidade da alma. Esse constitui, segundo o jovem aristocrata francês, o maior benefício da religião para a democracia como se vê na passagem a seguir:

“A maior vantagem das religiões esta em inspirar instintos muito contrários. Não há religião que não situe o objeto dos desejos do homem além e acima dos bens da terra, e que não eleve naturalmente a sua alma para religiões muito superiores às dos sentidos. Nenhuma há também que não imponha a cada um alguns deveres para com a espécie humana ou em comum com ela, e que não o tire assim, de vez em vez, da contemplação de si mesmo. Isso se encontra nas religiões mais falsas e nas mais perigosas” (TOCQUEVILLE, 1998, p. 334).

Tocqueville enxerga, portanto, nesta capacidade da religião de desprender os homens do materialismo causado pela igualdade de condições, um estímulo ao desenvolvimento da virtude cívica nos homens dos tempos democráticos. Estes que são frágeis e mesquinhos na exata medida em que os homens religiosos são naturalmente fortes. É sob este aspecto, que o jovem aristocrata francês enfatiza *“o quanto é importante que os homens conservem a sua religião ao se tornarem iguais”* (TOCQUEVILLE, 1998, p. 334). Eis porque o jovem aristocrata francês encontra na religião um remédio importante para combater diretamente a nova forma de despotismo que surge nesses tempos e promover a liberdade dos homens.

II. A relação tênue entre as crenças religiosas pessoais de Tocqueville e a sua teoria política

É, como vimos anteriormente, amplamente difundida a ideia de que a religião desempenha um papel fundamental em *A Democracia na América*. Mas o que leva Tocqueville a conceder tanta importância à religião? Como se sustenta a sua teoria política no que diz respeito ao aspecto religioso? É este, pois, o grande objetivo desta análise: traçar um panorama geral entre a obra de Tocqueville e as suas crenças religiosas pessoais,

e compreender, como essa relação entre obra e vida pessoal, se confundem no âmbito da teoria política de Tocqueville sobre a democracia americana do século XIX. Pois, *“a questão da natureza precisa das crenças religiosas de Aléxis de Tocqueville tem interessado a muito tempo, não só do ponto de vista biográfico, mas por causa de sua influência direta em muitos aspectos de sua obra”* (GOLDSTEIN, 1960, p. 379).

Doris Goldstein inicia seu texto mostrando como, cem anos após a morte de Tocqueville, o estudo sobre sua religiosidade ainda é feito de maneira intensa. A maior preocupação dos estudiosos, nos últimos anos, era saber se o jovem aristocrata francês fora ou não católico. Questão está que abriu espaço para muitas discordâncias, levando os especialistas a uma análise mais profunda das “Obras Completas” de Aléxis de Tocqueville que ainda não tinham sido publicadas.

Segundo a perspectiva de Antoine Redier apontada por Goldstein, a compreensão das crenças religiosas de Tocqueville deve sempre partir da *“percepção de que seus antecedentes familiares o prenderam às velhas tradições, ao Catolicismo bem como à monarquia”* (GOLDSTEIN, 1960, 379). Além da influência familiar, o que parece ter prendido Tocqueville à religião de seus pais fora a formação dada pelo seu mestre, o sacerdote Abbé Lesueur. Após a morte de Lesueur, numa carta a Édouard, Tocqueville exalta a figura de seu mestre, e a partir disso, mostra-nos como o ensinamento de Lesueur foi responsável por formar um Tocqueville mais religioso.

Tocqueville diz em uma carta à Mme. Swetchine, em 1857, que aos dezesseis anos começara a questionar os ensinamentos da Igreja Católica. Alguns estudiosos foram felizmente capazes de demonstrar o impacto tão forte que essa experiência causara ao jovem aristocrata francês. Um exemplo disso é o trabalho de Pierson que chega a afirmar que Tocqueville havia lido alguns textos céticos ou agnósticos que abalaram a sua fé profundamente, embora não tenham sido capazes de torná-lo um ateu.

A questão da descrença de Tocqueville se tornou mais precisa, segundo Doris Goldstein, numa carta escrita à Gobineau, que se encontrava na mais recente edição das “Correspondências Tocqueville-Gobineau”, onde o jovem aristocrata francês assume a sua posição como um descrente, mas diz que esta posição não enche o seu peito de orgulho, mas muito pelo contrário. Essa carta nos mostra que Tocqueville não viveu uma crise de abstinência religiosa apenas em sua juventude, mas mostra que essa sua experiência o acompanhou durante toda a sua vida. Portanto, embora Tocqueville fosse um descrente, ele sempre se considerou diferente dos agnósticos e ateístas de sua época, pois, ainda que

fosse incapaz de aceitar todas as doutrinas da Igreja Católica, ele nunca se voltou contra os conceitos éticos e filosóficos cristãos.

O contraponto fundamental entre essa sua inquietação religiosa e a sua permanência na religião de seus pais foi um desprezo muito forte para com o materialismo. Tocqueville criticou as mais diversas teorias do materialismo, da atitude dos franceses do exacerbado apego às coisas materiais até as formas de materialismo filosófico. É nesse ponto que a formação religiosa do jovem aristocrata francês converge com a sua teoria política, pois, como se vê em *A Democracia na América*, a religião, ao desempenhar seu papel fundamental, afasta os homens do excessivo apego ao materialismo situando “*o objeto dos desejos do homem além e acima dos bens da terra*” (TOCQUEVILLE, 1998, p. 334).

É a partir dessa batalha contra o materialismo que Tocqueville pôde concluir enfaticamente que o homem precisa de religião, tendo provado isso, não pelo seu compromisso religioso pessoal, mas por observações, em sua maioria, psicológicas e sociológicas.

Goldstein nos mostra que é este aspecto que ligava Tocqueville fortemente ao Cristianismo: a sua capacidade de elevar espiritual e moralmente os homens. Pois segundo o jovem aristocrata francês, o Cristianismo criou nos homens as aspirações mais livres que proporcionaram uma moral maior e mais pura, afirmando que só o Evangelho seria capaz de proporcionar tal condição, graças à sua elevação das potencialidades humanas.

Embora tenha perdido sua fé nos dogmas revelados da religião, Tocqueville nunca ousou buscar os fundamentos éticos e morais em meio à especulação filosófica. Pois, segundo Goldstein, “*em nenhum lugar na Filosofia ele tinha sido capaz de encontrar respostas fecundas para os problemas básicos da metafísica e da ética*” (GOLDSTEIN, 1960, p. 386). O mais importante sobre essa perspectiva, é que Tocqueville não reconheceu a superioridade da Filosofia cristã pelos seus dogmas absolutos nem pela fé, “*mas pela eficácia em promover os impulsos mais nobres do homem*” (GOLDSTEIN, 1960, p. 387).

Tendo em vista que Tocqueville nunca declarou, seja publicamente ou em meio ao ambiente familiar, sua crença nos dogmas mais absolutos e abstratos do Cristianismo, podemos perceber mais clara e distintamente como a natureza fundamental de suas crenças religiosas estavam fundadas exclusivamente nas ideias éticas e filosóficas expressas pelo Evangelho. É essa característica peculiar da vida de Tocqueville que é refletida abertamente em sua obra. Especialmente em *A Democracia na América*, fica claro como a sua experiência religiosa esta fortemente conciliada com a sua teoria

política; pois, segundo o jovem aristocrata francês, a religião é a grande força motivadora que leva os homens, através de seus ideais éticos, à participação política, e conseqüentemente, ao gozo de condições sociais de igualdade e ao exercício da liberdade.

“A religião, que entre os americanos nunca se mistura diretamente no governo da sociedade, deve pois ser considerada como a primeira das suas instituições políticas, pois, se não lhe dá o gosto à liberdade, facilita-lhes singularmente o seu uso”
(TOCQUEVILLE, 1998, p. 225).

6. CONCLUSÕES/CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo em vista a abordagem anterior, nos é permitido concluir definitivamente o grau de importância da religião na obra de Alexis de Tocqueville. Todo o seu trabalho é reconhecido pela exaltação do valor de liberdade reconhecido em sua visita aos Estados Unidos em 1831, mas parece preciso reconhecer que por trás da liberdade existe um aspecto ainda mais forte e mais poderoso, este que é a religião. Nesta pesquisa foi possível perceber que a estrutura democrática, com seus valores essenciais (a igualdade de condições e a liberdade), necessitam de uma força moderadora, por assim dizer, que mantenha a boa ordem social e dirija os homens sempre à participação política.

Alexis de Tocqueville nos mostra precisamente como a religião deve ser tomada como essa força necessária. Sempre preocupada em combater o individualismo e uma preocupação exacerbada para com o bem estar material, a religião para realizar um papel de entidade formadora dos homens, na exata medida que estabelece para eles o objetivo primordial acima e além dessa vida terrena. É por meio de doutrinas de cunho metafísico, a saber, a crença na imortalidade da alma, que a religião consegue refrear as perversas tendências humanas que se desenvolvem junto com o vir-a-ser da igualdade de condições.

A argumentação de Tocqueville é fortemente fundamentada pela sua experiência nos Estados Unidos, e ainda mais, pela sua formação religiosa pessoal. É recorrente a noção de que os dogmas éticos e morais da religião cristã são essenciais para a ordem social. E o jovem aristocrata francês nos mostrou isso claramente. Mas a argumentação tocquevilliana dá origem a muitos questionamentos, estes que são os grandes motivadores da realização desta pesquisa. Até que ponto podemos considerar a religião como necessária para a democracia? Como é possível a liberdade em meio ao caráter necessário dos dogmas da religião? Do ponto de vista de Alexis de Tocqueville, estes questionamentos tem uma solução facilmente aceitável, mas como podemos pensar a atualidade do pensamento de Tocqueville em matéria de religião?

Instigado por buscar a atualidade do pensamento de Tocqueville, foi possível compreender amplamente toda a sua teoria política em matéria de religião. Reconhecendo o papel fundamental que essa desempenha para o bem estar da democracia, e ainda, mais importante, compreendendo a recorrente noção de que a doutrina cristã ainda nos dá a formação moral basilar. Portanto, podemos afirmar a natureza atual do pensamento de Tocqueville em matéria de religião, na exata medida em que podemos constatar em nossos tempos a enorme influência que as doutrinas éticas do Evangelho nos causa. Mas se ainda é verdade que a religião é um caráter necessário dos tempos democráticos nem mesmo Tocqueville poderia dizer. Embora sejamos frequentemente levados a negar essa necessidade, precisamos reconhecer que não há, ainda, uma teoria ética capaz de superar a ética cristã, matando os homens dos tempos democráticos preocupados com o bem comum e, conseqüentemente, com a participação política.

7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- TOCQUEVILLE, Alexis de. A democracia na América. Belo Horizonte: Itatiaia, 1998.
- _____. O antigo regime e a revolução. Brasília: Editora UnB, 1997.
- COSTA JUNIOR, Wagner Baptista. Democracia e Religião em Tocqueville. Dissertação de mestrado. UFG, 2007.
- FRADKIN, Hillel. A democracia precisa de religião? In: ESPADA, João Carlos. Nova cidadania. n 9, jul/set, 2001.
- GOLDSTEIN, Doris. Trial of Faith. Religion and politics in Tocqueville's thought. New York/Oxford/Amsterdam: Elsevier, 1975.
- _____. The religious beliefs of Alexis de Tocqueville. French Historical Studies, v 1, n 4, p. 379-392. 1960.
- JASMIN, Marcelo. Alexis de Tocqueville: a historiografia como ciência da política. Rio de Janeiro: Access, 1997.
- REIS, H. E. Tocqueville e a democracia. In: BARBOSA, Waldir. Estado e Poder Político: da afirmação da hegemonia burguesa à defesa da revolução social. Goiânia: Editora UCG, 2004, p. 65-85.
- _____. A democracia moral em Tocqueville. Fragmentos de Cultura, v 10, n 6, p. 1075-1086. 2000.
- ROS, Juan Manuel. Los dilemas de la democracia liberal. Barcelona: Crítica, 2001.
- ZUCKET, Catherine. No by preaching: Tocqueville on the role of religion in American democracy. The review of politics. v 43, n 2, p. 259-280. 1981.